

SOBRE O CONCEITO DE PÂNICO MORAL¹ *ON THE CONCEPT OF MORAL PANIC*²

*David Garland*³

Universidade de Nova Iorque

Resumo

O artigo desenvolve uma análise crítica do conceito de pânico moral e suas aplicações sociológicas. Demonstrando que parte da sutileza e da força do conceito se perdeu no momento em que o termo se tornou popular, o artigo coloca em primeiro plano os aspectos freudianos e durkheimianos, detalhando as questões éticas e epistemológicas envolvidas em seu uso. Contrastando as dinâmicas dos pânicos morais com as dinâmicas das guerras culturais, o autor mostra que ambos os fenômenos envolvem relações de grupo e competições de status, apesar de cada um exibir caracteristicamente diferentes estruturas. A parte final conclui situando os “pânicos morais” dentro de uma tipologia mais abrangente de conceitos utilizada na sociologia da reação social.

¹ Tradução de Stefano Volpi. Revisão de Ricardo Jacobsen Gloeckner e Vanessa Cerezer de Medeiros.

² Uma versão mais curta deste artigo foi apresentada em um debate na *British Academy* no período vespertino do dia 9 de março de 2007, juntamente com apresentações de Stanley Cohen e Stuart Hall. Uma gravação de áudio do evento está disponível em <http://britac.studyserve.com/home/default.asp>. Sou grato a Paul Rock, David Downes, Michael Welch e Jock Young pelos comentários e sugestões e a Gretchen Feltes e Allison Mckim pela assistência na pesquisa. Também gostaria de reconhecer o suporte do Filomen D’Agostino e Max E. Greenberg Research Fund.

³ Professor de Sociologia e da Faculdade de Direito da Universidade de Nova Iorque.

Palavras-Chaves

Ética da atribuição. Pânico moral. Reação social. Sociologia da reação moral. Teoria.

Abstract

The article develops a critical analysis of the concept of moral panic and its sociological uses. Arguing that some of the concept's subtlety and power has been lost as the term has become popular, the article foregrounds its Freudian and Durkheimian aspects and explicates the epistemological and ethical issues involved in its use. Contrasting the dynamics of moral panics to the dynamics of culture wars, the author shows that both phenomena involve group relations and status competition, though each displays a characteristically different structure. The piece concludes by situating 'moral panics' within a larger typology of concepts utilized in the sociology of social reaction.

Keywords

Ethics of attribution. Moral panic. Social reaction. Sociology of moral reaction. Theory

1. INTRODUÇÃO

O conceito de “pânico moral” teve um enorme impacto, não só na sociologia – onde deu origem a pequenas subdisciplinas de estudos de pânicos morais – mas também na linguagem do debate cultural e na atuação de jornalistas e políticos. A alegação de que a reação social é, de fato, um mero pânico moral, se tornou comum em qualquer diálogo público sobre problemas ou riscos sociais. Em uma época de exagero, na qual a *mass media* regularmente converge para a criação de ansiedade em uma única questão e a explora em toda a sua extensão, a utilidade de uma resposta negatória é perfeitamente aparente. Não surpreende, então, que o termo tenha se tornado parte do repertório padrão no debate público. Foi o clássico estudo de Stanley Cohen (Cohen, 1972) que proveu nosso *mass*

mediated world com o dispositivo argumentativo essencial, esta maneira de dizer “não” às forças da hipérbole e da histeria; mas, se Cohen não houvesse introduzido o termo em 1972, teria sido necessário que outra pessoa o tivesse inventado.

Antes de ser um artifício retórico na política cultural, “pânico moral” era um conceito sociológico rigorosamente definido, primeiramente desenvolvido em um empiricamente fundado mas extremamente teórico trabalho intitulado *Folk Devils and Moral Panics* (Cohen, 1972) (um título, dois valiosos novos conceitos – mais do que muitos conseguem em um livro inteiro) e é sobre este uso sociológico que irei me concentrar aqui. Após uma breve descrição do alcance do fenômeno ao qual se refere, farei algumas observações sobre o conceito e suas aplicações.

2. PÂNICOS MORAIS: O FENÔMENO

Então o que exatamente são os pânicos morais? O que envolvem, o que os trazem à tona e quais são suas causas? O livro de Cohen, publicado pela primeira vez em 1972 (com uma terceira edição aparecendo 30 anos mais tarde), contém a seguinte introdução ao termo:

Sociedades parecem estar sujeitas, vez ou outra, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para serem definidas como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotipada pelos *mass media*; as barricadas morais são constituídas por editores, bispos, políticos e outros indivíduos que pensam à direita; experts socialmente reconhecidos proferem seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são desenvolvidas ou (mais frequentemente) a elas se recorre; a condição então desaparece, submerge ou se deteriora e torna-se mais

visível. Às vezes o objeto do pânico é bastante recente e em outras vezes é algo que existe há algum tempo, mas subitamente entra em cena. Às vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outros tempos possui repercussões mais sérias e duradouras, produzindo tais mudanças... nas políticas sociais e legais ou mesmo na maneira como a sociedade concebe a si mesma.

Aqui, Cohen não diz exatamente o que quer dizer com “pânicos”, mas claramente tem em mente seu uso convencional, definido pelo *Oxford English Dictionary*: “um súbito e excessivo sentimento de alarme ou medo, geralmente afetando o corpo do indivíduo e levando a extravagantes ou insensatos esforços para garantir segurança”.

As características de desproporção, exagero ou alarme também são enfatizadas na definição trazida por aquela outra clássica análise dos pânicos morais, *Policing the Crisis*, mas aqui o estresse é a qualidade consensual da desmedida reação social, mesmo se este consenso é de alguma forma tensionado e artificial:

Quando a reação oficial a uma pessoa, grupos de pessoas ou séries de eventos está fora de qualquer proporção em relação à ameaça que se apresenta, quando os “experts”, na forma dos chefes de polícia, de membros do judiciário e editores percebem a ameaça em termos idênticos e parecem falar “com uma única voz” sobre índices, diagnósticos, prognósticos e soluções, quando as representações da mídia universalmente enfatizam “repentinos e dramáticos” aumentos (em números envolvidos ou eventos) - e “novos”, acima de tudo -, a despeito do que uma avaliação sóbria e realística poderia sustentar, então nós acreditamos que seja apropriado falar

em... um pânico moral. (*Hall et a.*, 1978:16, ênfase no original)

Como reconhecemos um destes pânicos morais quando vemos um? O texto padrão sobre os pânicos morais (Good e Ben Yehuda, 1994) identifica cinco características-chave do fenômeno: (i) *preocupação* (com relação a algumas condutas reportadas ou a ansiedade deflagrada por um evento); (ii) *Hostilidade* (os perpetradores são demonizados); (iii) *Consenso* (a reação social negativa é ampla e uníssona); (iv) *desproporcionalidade* (a extensão da conduta ou a ameaça que ela representa são exageradas); (v) *volatilidade* (a cobertura midiática e o pânico associado emergem subitamente, mas podem também dissipar-se rapidamente).

Esta é uma síntese útil e tem sido influente nos estudos subsequentes, mas creio que omite dois elementos essenciais ao significado do conceito que Cohen desenvolveu: (i) a dimensão *moral* da reação social, particularmente a introspectiva e profunda reflexão que acompanha estes episódios; e (ii) a ideia de que a conduta desviante em questão é de algum modo *sintomática*. Como Cohen enfatiza no seu estudo de caso original, a reação dos “guardiões da sociedade” sempre alcança além do problema imediato, ligando-o a outros sintomas inconvenientes do distúrbio. “Não é só isto..” dizem eles, antes de apresentarem queixas sobre problemas associados e implicações mais amplas. Juntos, estes dois elementos – a dimensão moral e a qualidade sintomática – são importantes porque apontam para a verdadeira natureza do distúrbio subjacente; sabidamente, a ansiosa preocupação por parte de certos atores sociais de que um estabelecido sistema de valores está sendo ameaçado. Este medo de que um estimado modo de vida está em risco é central para o entendimento de Cohen sobre os pânicos morais, sua natureza e sua gênese. No fundo, a sociologia dos pânicos morais desvela as deslocadas políticas das relações de grupo e competições de status.

Uma matéria do *The New York Times* de fevereiro de 2007 (Cowell, 2007) possui todas as características de um episódio de pânico moral e as

mostra muito claramente. Também demonstra a extensão de como políticos aprenderam a reconhecer os processos de pânico moral e a dificuldade para gerir seus efeitos subsequentes. A matéria foi trazida sob a seguinte manchete: “Última morte de adolescente em South London desestabilizou a Bretanha”:

“Londres, 16 de fev – Frente a uma onda de profunda reflexão e lamento público, os líderes britânicos expressaram na sexta-feira sua consternação a respeito da recente série de crimes envolvendo armas de fogo e que tiraram cinco vidas, particularmente a de dois jovens adolescentes mortos a tiros em suas casas.

Mas, enquanto alguns políticos apontaram o recente banho de sangue como um sinal de uma profunda patologia social, o primeiro ministro Tony Blair resistiu às sugestões de que os assassinatos refletem uma crise geral entre os jovens britânicos.

O problema tornou-se mais urgente esta semana desde que um amplamente divulgado relatório das Nações Unidas apontou os jovens britânicos como piores socialmente do que muitos dos seus equivalentes nos países mais ricos”.

Reconhecendo que os tiroteios foram terríveis, o primeiro ministro Tony Blair insistiu que as pessoas deveriam reagir exageradamente: “Sejamos cuidadosos em nossa resposta. A tragédia não é uma metáfora do estado da sociedade britânica, muito menos do estado da juventude britânica”.

A notícia continua ao afirmar que “as mortes chocaram muitos bretões” e despertaram preocupações sobre a predominância das armas de fogo, o crack e as guerras de território ao estilo americano entre traficantes de drogas membros de gangues. O pai da mais recente vítima é citado por

ter dito: “O modo como eles obtiveram armas é inacreditável”. No entanto, o alarme soado no despertar destes eventos foi além dos fatos imediatos representados pelos assassinatos: “Inspiraram um angustiados debate sobre se algumas partes da sociedade britânica estão ficando fora de controle – uma impressão que o Sr. Blair busca evitar”.

Bom, ele desejava evitar, não desejava? O porta-voz da oposição, Alan Duncan, por outro lado, não possuía tais inibições. Em um comunicado à imprensa publicado pelo *Daily Telegraph* no dia seguinte, o Sr. Duncan declarou que a Bretanha precisava ser “recivilizada” e procedeu com o seguinte diagnóstico da crise social que estava por trás dos tiroteios: “dentro da União Europeia, a Bretanha é a nação mais gorda, com os votantes mais apáticos, os maiores desperdiçadores de energia, os maiores viciados em pornografia, as pessoas mais violentas e os maiores usuários de cocaína”.

Como se esta acusação fosse insuficiente, ele continua – com uma lista enciclopédica chinesa digna de Jorge Luis Borges – dizendo:

“Nós temos as piores alergias de crianças, somos os maiores bebedores compulsivos, as maiores vítimas de roubo, temos o maior número de asmáticos, some os piores linguistas, temos o maior número de bebês prematuros e o menor número de doadores de órgãos... houve um colapso da autoridade”.

Na introdução à terceira edição de seu livro, Stan Cohen (2004: xxx) nota que “pânicos morais bem sucedidos devem seu apelo à sua habilidade de encontrar pontos de ressonância em ansiedades mais amplas”. Claramente o Sr. Duncan estava fazendo o seu melhor para fazer estas conexões.

O líder do partido conservador, David Cameron, foi mais circunspeto, mas também caracterizou os eventos como sintomáticos, apontando “pais ausentes” e “colapso familiar” como estando “no

coração” do problema (Cowell, 2007). Nisso, parece ter capturado o humor público, como indicado por uma pesquisa realizada pelo *Guardian*/ICM (noticiado no Glover And Travis, 2007) que concluiu que 80% dos votantes concordava com a afirmação de que o colapso familiar e a ausência de disciplina em casa são parcialmente responsáveis pelo crescimento de uma cultura de armas de fogo.

A matéria do *The New York Times* (Cowell, 2007) continua a notar que a despeito do aumento de relatos midiáticos e da ansiedade pública, dados policiais indicam que assassinatos e crimes praticados com armas de fogo estão diminuindo⁴. Contudo, o comissário de polícia, Sir Ian Blair, requereu mais poder da polícia e sentenças mandamentais⁵ de aprisionamento para jovens portando armas.

O alvo destes novos poderes – os demonizados no centro da reação – são, é claro, jovens negros violentos, traficantes e urbanos, tudo muito familiar para os leitores de *Policing the Crisis* (Hall et al., 1978).

Em suma, este episódio de clamor, de profunda reflexão e reação social – com uma problemática forma de juventude desviante em seu centro – descreve um clássico pânico moral. Mais conhecido e autorreflexivo do que o descrito por Stan Cohen 40 há anos e também mais politicamente contestado, mas de qualquer forma uma instância exemplar do gênero.

⁴ Esta referência a uma decrescente taxa de assassinato simplifica um quadro mais complexo. Embora as taxas de homicídio na Inglaterra tenham caído no último ano, a maior tendência das últimas duas décadas é de aumento destes crimes, tendo como vítimas mais frequentes homens de 20 a 24 anos. Homicídios por armas de fogo têm aumentado mas continuam menos comuns do que por outros meios, como estrangulamentos ou esfaqueamentos. Ver Dorling (2005).

⁵ NT As *mandatory sentences* são determinados tipos de sentença com penas pré-definidas, que impedem o juiz de aumentar ou diminuir acima ou abaixo de determinado limite. Geralmente estão atreladas a crimes graves, estabelecendo um mínimo de pena a ser cumprido.

3. ESPÉCIES DE PÂNICO MORAL

O episódio inglês dos crimes praticados com arma de fogo é um “clássico” pânico moral porque contém cada um dos elementos constitutivos identificados por Cohen quando pela primeira vez analisou o fenômeno. Porém, pesquisas subsequentes mostraram que os pânicos morais possuem uma variedade de formatos e tamanhos, da mesma maneira que as formas de desvio às quais eles supostamente respondem e os efeitos subsequentes no mundo social. Talvez valha a pena fazer uma pausa para dizer alguma coisa sobre estas variações de forma e foco.

Pânicos morais variam em intensidade, duração e impacto social. Alguns episódios são menores e passageiros, deixando poucos traços para trás: quem, além dos participantes, agora lembra do alarme provocado em 1950 na Bretanha pelos Teddy Boys (Pearson, 1983)? Outros são maiores, fatídicos desenvolvimentos que transformam massas de vidas e cenários sociais inteiros: a caça às bruxas europeia dos séculos XVI e XVII (Trevor-Roper, 1967) ou as ansiedades sobre o “declínio nacional” na Bretanha no século XIX (Stedman Jones, 1971) seriam casos desse tipo. Eles podem ser surtos isolados, como o breve pânico sobre os tiroteios em rodovias no final dos anos 1980 em Los Angeles (Best, 1999), ou formarem parte de uma série de episódios que se constroem uns sobre os outros. Pânicos de drogas (Reinarman and Levine, 1997) e clamores sobre abusos infantis (Hacking, 2000) possuíram esta qualidade acumulativa, uma “espiral de significação” (Hall, et al.) adicionando à percebida significância de cada novo giro na narrativa contínua de preocupação.

Os problemas aos quais os pânicos morais respondem podem revelar-se sérios, triviais ou frutos da imaginação – em que pese a extensão revelada do problema geralmente possua pouca relação com a reação que produz. Mods e Rockers agora parecem inócuos. Roubos nas ruas ou assassinatos com armas de fogo, menos ainda. O pânico do ritual satânico com abuso infantil que acometeu a Bretanha no início dos anos 1990 pareceu, como as primeiros caça às bruxas modernas, ilusório, apesar de

ter sido completamente real em seus efeitos, tendo pessoas ainda presas como o seu resultado (Showalter, 1998; Hacking, 2000).

A frase “extensão revelada” no parágrafo passa demasiado rápido por um problema epistemológico que sempre afeta o mundo dos problemas sociais e a sua percepção. Estritamente falando, a “extensão” de um problema nunca é simplesmente “revelada”. Como as características do problema, causas ou consequências, estes problemas permanecem para sempre controversos. Em outros casos, a natureza e a extensão são sujeitos a um amplo consenso, baseado amplamente em interpretações comuns e evidências mais ou menos sólidas.

Os pânicos morais também variam em termos de proximidade de causação e padrões de desenvolvimento. Podem ser eventos de base, espontâneos e inconscientemente levados a cabo por atores e ansiedades locais – como parecem ter sido os pânicos sobre os Mods e os Rockers em Clapton – ou podem ser deliberadamente projetados para ganhos comerciais ou políticos. Angela Mcrobbie e Sarah Thornton (1995) descrevem como produtores e gravadores da *Acid House* fizeram seu máximo para provocar um pânico moral sobre o uso de *ecstasy* nas *raves*, com o intuito de criar atenção midiática e publicidade grátis para seu produto. A estratégia de chocar uma geração mais velha para gerar publicidade e cativar uma audiência mais jovem e hippie aparece ao longo da história do rock moderno, desde Bill Haley e Elvis Presley até os Rolling Stones, The Sex Pistols e Marilyn Manson. E se os pânicos morais artificiais comercialmente gerados são inócuos, seus análogos políticos – como a queima do Reichstag por Hitler nos anos 1930 ou a carta de Zinoviev nos anos 1920 – possuem consequências geralmente mais severas.

A reação social envolvendo um pânico moral pode ser mais ou menos consensual, ou mais ou menos dividida. No estudo de caso de Cohen, os “guardiões sociais” respondem em uníssono aos distúrbios que

ocorreram à beira-mar⁶. No meu episódio dos crimes de arma de fogo ingleses, os políticos e comentaristas são muito mais divididos em sua reação e nos quadros interpretativos que procuram enquadrar os eventos. (Irei sugerir, neste momento, que reações sociais consensuais e incontestes parecem decrescentemente comuns na sociedade contemporânea).

Sobre a causação, isto também pode variar com a natureza e o foco do pânico moral, mas a literatura que pesquisa o assunto retorna repetidamente a uma série de condições causais associadas ao fenômeno.

Condições facilitadoras incluem (i) a existência de uma *mass media* sensacionalista (apesar de historiadores identificarem episódios de pânicos morais na metade do século XIX e mesmo anteriormente: ver Davis, 1980; Pearson, 1983; Adler, 1996 – talvez um efetivo canal de comunicação coletiva seja todo o necessário); (ii) a descoberta de alguma nova ou até então não relatada forma de desvio; (iii) a existência de um marginalizado grupo de outsiders apto a ser demonizado; e (iv) uma audiência pública já preparada e sensibilizada. Quanto às causas precipitantes, a literatura sugere que elas têm a ver com transições na ordem social, econômica e moral da sociedade. Ameaças a hierarquias existentes; competições de status; o impacto de mudanças sociais em já consolidados modos de vida; e o colapso de estruturas de controle previamente existentes – estas são as profundas fontes de pânicos aparentes mais frequentemente identificados. Erikson (1966) sobre as caças às bruxas na puritana New England; Hall et al. (1978) sobre pânicos de roubos na Inglaterra nos anos 1970; Williamson (1985) sobre linchamentos sulistas na América dos anos 1890; ou Garland (2001) sobre os crimes complexos na Bretanha e na América no final do século XX, todos exemplos suficientemente ilustrativos.

⁶ NT em 1964 as duas gangues objeto de estudo de Cohen, os Mods e os Rockers se enfrentaram em diversas cidades situadas no litoral, como Brighton, Margate, Bournemouth e Clacton.

4. A DEMONIZAÇÃO E A SUA RELAÇÃO COM OS PÂNICOS MORAIS

A análise original de Cohen deixou claro que os pânicos morais e a demonização de sujeitos possuem uma relação de interação – tipicamente a de amplificação do desvio que ocorre por conta da atenção midiática e do aumento do controle social propenso a endurecer o desvio original, ou mesmo aumentar a atração em sua prática para potenciais desviantes. Hacking (2000) descreveu isso como um “efeito *looping*” por meio do qual reações sociais interagem com a coisa a qual respondem, ocasionando a transformação desta última. Esse efeito modelador da reação social – o processo de “fazer e moldar” como Hacking o descreve – está sujeito a variações empíricas e de forma alguma resulta sempre em “amplificação”, como Cohen (2004) reconhece na introdução à terceira edição deste livro. Dependendo do contexto, balanço de forças, interações dinâmicas e o andamento das escolhas dos participantes, a emergência de um pânico moral pode fazer com que a ocorrência do desvio em questão seja contida, amplificada ou transformada completamente (Considere-se, por exemplo, os efeitos organizacionais, mobilizadores e políticos que as reações aos pânicos morais têm por vezes em grupos como defensores do Estado de Bem-estar social, mães solteiras, imigrantes ilegais, portadores de HIV, gays e etc.).

O que Cohen não enfatizou, todavia eu acredite ser implícito na sua análise original e ainda mais explícito em Hall et al.’s *Policing the Crisis* (1978), é que a um grupo específico de desviantes é atribuído o status de “demônios populares”, em grande parte, porque possuem características que representam uma imagem compatível com a qual a sociedade pode projetar sentimentos de culpa e ambivalência. Uma descrição detalhada deste processo de negação e projeção é desenvolvida em Watney (1987), que discute a reação social ao HIV no início dos anos 1980 e em Williamson (1985), que analisa a emergência nos anos 1980 do estuprador negro demonizado no sul dos EUA.

Um exemplo vívido desta negação inconsciente e projeção é o recorrente pânico contemporâneo centrado nos criminosos sexuais pedófilos. Como o filme de 2007 *Little Children* (Field, 2007) sugere bastante claramente, a intensidade do corrente medo e a aversão aos abusadores de crianças parecem estar conectados à culpa inconsciente sobre a negligência parental e a difundida ambivalência sobre a sexualização da cultura moderna.

Os alvos dos pânicos morais não são aleatoriamente selecionados: são bodes expiatórios culturais cujas condutas desviantes aterrorizam os espectadores de forma muito poderosa, precisamente por que se relacionam com medos pessoais e desejos inconscientes. Em pesadelos coletivos, como em sonhos individuais, a emergência de um específico *bête-noir* é sobredeterminado por conflitos pré-existentes. A realização das melhores análises sobre os pânicos morais é tornar estes envolvimento e ansiedades conscientes e inteligíveis e mostrar como eles contribuem para o clamor público em questão (a correspondente fraqueza de muitas das análises sobre os pânicos morais é, como Paul Rock (2007) observou, a falha em fornecer evidências de que estas ansiedades de fundo verdadeiramente existem e que elas – mais do que o fenômeno desviante a que a reação se dirige – na verdade contribuem para a emergência do “pânico moral” em questão).

Eu já mencionei os usos políticos dos pânicos morais, mas convém também enfatizar que os *mass media* são tipicamente os primeiros a agir e os primeiros beneficiários destes episódios, ao passo que a sensação que cria – uma espécie de efervescência coletiva – vende jornais, entretém leitores e gera subsequentes notícias e comentários à medida que a história se desenrola, os porta-vozes tomam partido e o fenômeno desviante se desenvolve. De fato, em uma inicial discussão da ideia, Jock Young (1971) notou que a mídia comercial possui uma “necessidade institucional de criar pânicos morais”. Sobre esta questão, a mídia “ventila indignação pública” e “engendra” pânicos morais visando gerar notícias e apelar à imaginação e à preocupação de seus leitores.

5. A PRODUTIVIDADE DOS PÂNICOS MORAIS

Finalmente, cumpre mencionar a *produtividade* dos pânicos morais. Estes episódios fazem as coisas acontecerem. Criam efeitos e deixam um legado. Pense-se sobre a abordagem de Hall (Hall et al., 1978; Hall, 1980) de como o pânico sobre “roubos” começa a derivar em direção a uma sociedade de lei e ordem, ou como o pânico norte-americano sobre drogas levou ao escalonamento do aprisionamento em massa (Garland, 200). Os pânicos recorrentes de criminosos sexuais ao menos dos últimos 10 anos levaram a um intrusivo aparato de supervisão, contenção e confinamento aos quais as preocupações com os direitos civis fizeram pouco para prevenir. Como colocam os autores de *Policing the Crisis*:

“O pânico moral parece ser para nós uma das principais formas de conscientização ideológica através do qual uma “maioria silenciosa” é levada a apoiar medidas cada vez mais coercitivas por parte do Estado, legando sua legitimidade a um “mais do que comum” exercício de controle”. (Hall et al., 1978:221)

Os pânicos morais parecem efêmeros, mas ao longo do tempo seu efeito cumulativo pode levar à criação de divisões sociais e à redistribuição de status sociais, bem como à criação de infraestruturas de regulação e controle que persistem muito após o término do curso do episódio inicial. Dessa forma, James Marone (2003) afirmou que nos EUA, onde a ideologia do Estado-mínimo geralmente obstruiu a expansão das instituições estatais, os pânicos morais têm repetidamente originado uma forma reativa de intervencionismo estatal que é de fundamental importância. Marone argumenta que a extraordinária “política do pecado”

em uma nação religiosa⁷ – impulsionada por protestos sobre os efeitos deletérios do álcool, da prostituição e das drogas – levou a um aumento da regulação governamental e um esforço nacional que nunca poderia ter sido atingido por processos políticos normais.

Precisamos, contudo, ser cautelosos aqui para não atribuímos demasiada eficácia aos “pânicos” e pouca eficácia às reações racionais aos problemas subjacentes – em que pese frequentemente seja empiricamente difícil desembaraçar os dois. Note-se, por exemplo, o fenômeno dos abusos sexuais infantis, os quais, conforme observou Ian Hacking, é um problema social que foi sublinhado, conceituado e muito visado nas décadas recentes. As cumulativas reações sociais e governamentais para abordar o abuso infantil criaram, em nossas sociedades, um inteiramente novo regime de suspeição, vigilância e controle:

“O abuso infantil criou um mundo de diferença. Crianças são submetidas a educação sobre o assunto, através de vídeos, desde os primeiros anos escolares. Televisão e filmes têm uma dieta constante sobre isto. Existem grupos de suporte e grupos confessionais para abusadores modelados nas linhas do Alcoólicos Anônimos. O abuso foi firmemente contemplado por movimentos codependentes. Em 1995 existiam duas cidades – Portland, Oregon, por exemplo – nas quais ativistas anti-abuso foram tão bem sucedidos que homens foram aconselhados a nunca tocarem crianças em público; se uma criança fora da família foi ferida, certifique-se de que exista uma testemunha amigável para ajudar de qualquer maneira” (Hacking, 2000:160)

⁷ NT Aqui o autor faz referência ao livro de Marone intitulado *Hellfire Nation: the politics of sin in american history*.

Seria um erro, entretanto, atribuir este novo regime regulatório exclusivamente aos pânicos morais. Diferentemente da fantasia do “abuso no ritual satânico” – o qual parece ter sido baseado inteiramente em queixas inconsistentes –, práticas mais mundanas envolvendo o “abuso” de crianças (por negligência, maus tratos, violência psicológica, física e sexual, etc.) são reais o bastante e, tendo se tornado visíveis iriam sem dúvida incitar condenações e esforços de controle com ou sem protestos histéricos e relatos exagerados. Em tais casos, o pânico moral inicial pode servir para atrair a atenção pública e forçar o problema na agenda política, mas o caráter revelado do fenômeno correspondente pode ser suficiente para explicar as subseqüentes reações sociais.

6. PÂNICOS MORAIS E CONFLITOS CULTURAIS

A produção acadêmica recente (por exemplo, Mcrobbie e Thornton, 1995) enfatiza a atual relativa escassez de reações sociais consensuais e a importância de vozes opositoras na mídia e no domínio público. No início dos anos 1960, quando os eventos descritos por Cohen tiveram lugar, um *establishment* relativamente coeso e os *mass media* estreitamente focados poderiam dar a impressão de uma reação pública unificada. Nas décadas desde então, o crescimento da mídia acessível ao público, juntamente com a emergência de uma jovem imprensa alternativa, a existência de contra-experts que contestam as alegações alarmistas e ativistas e dispostos a se manifestarem em prol dos demonizados sob ataque tornam manifestações consensuais de interesse muito mais incomuns.

Estas mudanças nas condições e possibilidades da expressão pública têm implicações na natureza dos pânicos morais. Elas sugerem um deslocamento dos pânicos morais como concebidos tradicionalmente (envolvendo uma relação vertical entre a sociedade e o grupo desviante) em direção a algo mais similar às “guerras culturais” ao estilo norte-

americano (que envolvem um conflito mais horizontal entre grupos sociais). Se este é o caso, ele sugere que o Reino Unido pode, a respeito disso, estar se tornando parecido com os EUA, onde é difícil encontrar qualquer questão pública sob a qual exista amplo consenso público e uma ausência de vozes dissonantes. A sutil aparência das divisões raciais, religiosas e sociais, fomentada pelas políticas identitárias tornadas expressivas pelo acesso público à mídia asseguram que a maioria das questões sociais ou morais apresentem respostas marcadamente polarizadas, mesmo que os termos políticos e econômicos em debate estejam parcamente desenhados.

Existem, sem dúvida, ocasiões onde genuínos pânicos morais ocorrem nos Estados Unidos (o pânico sobre abuso infantil é um bom exemplo) – onde valores sociais amplamente compartilhados são perturbados por uma simples conduta de um grupo desviante. Mas isto é muito menos comum do que as cruzadas morais, políticas simbólicas e guerras culturais, onde grupos sociais específicos envolvem-se em políticas morais a fim de redistribuir o status social e declarar uma forma de vida superior a de seus rivais. Sociólogos como Joseph Gusfield (1986) e historiadores como James Marone (2003) descreveram este fenômeno em detalhes (ver também Garland, 2007).

Se existe de fato um deslocamento dos pânicos morais consensuais para conflitantes guerras de cultura, então o significado e o valor da conduta em questão tenderão a ser muito mais contestados e os equilíbrios de poder entre os grupos antagônicos muito menos assimétricos. Ao invés de se tornarem demonizados, impotentes face à indignação pública e forçados a desistir ou a adotar a marcada identidade sobre eles imposta, os alvos das campanhas morais atuais terão por vezes a capacidade de resistir às identidades desviantes e assegurar o valor social e a normalidade de sua conduta. Em conflitos morais do segundo tipo, o ultraje expressado por um grupo de expectadores desperta não um pânico público, mas, ao invés, uma desafiante (e igualmente ultrajada) resposta por parte dos “demonizados”, cuja conduta foi posta em questão. Conflitos recentes

envolvendo casais do mesmo sexo e a questão do casamento gay, imigrantes ilegais e a reforma legislativa ou mulheres muçulmanas e o uso do *hijab* nas escolas algumas vezes se iniciam como pânico morais e terminam como guerras culturais politicamente contestadas – sugerindo que estas dinâmicas podem ser afetadas pela evolução normativa e pelas mudanças no status do grupo desviante, bem como pela proliferação midiática e fragmentação política.

Finalmente, a academia (Thompson, 1998) recentemente tem enfatizado a extensão sobre a qual o processo do pânico moral tornou-se familiar, a ponto de que os envolvidos estão agora muito mais conscientes e deliberados do que anteriormente. A atuação da mídia a respeito dos pânico morais tornou-se de alguma maneira rotineira e previsível. As regras do jogo são bem conhecidas. Os jogadores alinham-se de modo escalonado ou não escalonado, dependendo de seus interesses, enquanto a mídia reflexivamente comenta por sua própria conta, frequentemente fantasiando o episódio. Assim, no citado exemplo da violência com armas de fogo em Londres, David Cameron e Alan Duncan estavam perseguindo uma estratégia de maximização, procurando alimentar o pânico, generalizando o problema e moldando o clamor público a seus próprios fins. Ao mesmo tempo, Tony Blair pedia calma, tentando “manter as coisas em perspectiva”, procurando restringir ao invés de generalizar, com esperanças de minimizar o problema sem ser pego na armadilha de ser visto como “fora de alcance” pela expectativa popular. Enquanto isto, comentaristas midiáticos – como Melanie Philips (2007) do *The Daily Mail* – abordou os próprios comentaristas, falando sobre “os sinais previsíveis de pânico”. Em um contexto diferente, o colunista Simon Jenkins (2007) satirizou o processo padrão de pânico da mídia – o qual ele rotulou como “doença da publicidade louca” – ridicularizando a “histeria entusiasmada” e a algazarra, e incitando ao ceticismo público face aos relatos alarmantes e os pontificados experts. A tendência por parte de uma mídia envolvida em ironizar o seu próprio sensacionalismo, apontando ao mesmo tempo para o seu alarmismo no exato momento em

que soa o alarme, aliada a novas possibilidades de resistências mencionadas previamente, tendem a reduzir o poder de mobilização dos pânicos morais atualmente, ao menos comparando-os com as situações reportadas três ou quatro décadas atrás.

7. O CONCEITO E SEUS USOS

Como uma ideia sociológica, o conceito de pânico moral é uma vez mais durkheimiano e freudiano do que geralmente se supõe. Seus aspectos psicanalíticos – as características sintomáticas do pânico – a projeção natural da construção do demonizado, os conflitos sociais e físicos que dão suporte a estes processos – são relativamente diretos e não requerem uma subsequente elaboração, mas vale a pena sublinhar as dimensões durkheimianas, ao passo que estas são por vezes negligenciadas. Os elementos durkheimianos da teoria de Cohen se relacionam não só com a fronteiriça definição natural dos pânicos morais – a qual, a propósito, representa uma extensão da teoria da reação desviante em forma de neurose de Durkheim (1982) – mas também com a “efervescência coletiva” que os momentos de pânicos morais tipicamente apresentam. É preciso ter em mente que a excitação e a energia liberadas pelos episódios de pânico moral, como o gozo gerado por estas ondas de condenação moralista – para participantes e expectadores, senão até mesmo para os alvos da reação. A precondição para o recorrente investimento dos *mass media* e da classe política no processo de produção do pânico é, sem dúvida, a energia emocional e a excitação coletiva que é desencadeada toda vez que uma massa pode ser incitada a sentir apaixonada indignação, juntamente com todas as outras oportunidades que esta energia providencia.

Neste uso padrão (entretanto, não no uso original de Cohen) tendemos a enfatizar a inflamada reação social que estes eventos envolvem e a dirigir o foco sobre os atores e agências que se beneficiam da resposta exagerada. Isto é dificilmente surpreendente, dadas as raízes do conceito

na crítica do controle social dos interacionistas radicais, e dado o seu contínuo valor como uma ferramenta crítica com a qual se desacredita iniciativas demasiado rigorosas para garantir o cumprimento da lei e o conservadorismo moral. Mas este foco no poder, no lucro e na auto-interessada manipulação permitiu obscurecer as conotações morais e psicológicas do conceito – as quais me parecem mais essenciais do que o seu significado. Desenvolverei agora esta observação tratando da origem do conceito, seus usos e as atitudes que implicam para um observador utilizando a categoria do pânico moral.

8. ORIGEM

Como Cohen aponta em sua introdução à terceira edição de *Folk Devils and Moral Panics* (2004), o termo “pânico moral” emerge da teoria da reação social no final dos anos 1960, especialmente a preocupação com o papel da mídia na estereotipação, na deturpação do desvio e na percepção de que tais reportagens podem contribuir para uma espiral de amplificação do desvio. Uma nova geração de teóricos do desvio na Inglaterra, incluindo Jock Young (no seu estudo de 1971 sobre a polícia como amplificadora do desvio do uso de drogas), Stan Cohen (no seu estudo de 1979 sobre os *Mods* e *Rockers*) e Jason Ditton (desenvolvendo suas ideias sobre “contrologia” – ver Ditton, 1979) tomou o modelo de “amplificação do desvio” de Leslie Wilkins (1964), junto com o as ideias interacionistas de Edwin Lemert (1967) e Kai Erikson (1966) para desenvolver uma abordagem que enfatizasse como o controle social pode levar à intensificação do desvio através de um processo interativo de ajuste psicológico e a ações sociais autocumpridas.

Estas foram as origens teóricas mais próximas do conceito, embora, é claro, um possa ligar os outros, retornando mais além no

passado sociológico⁸. Mas, a ideia desenvolvida por Cohen e seus colegas também possuía o que se pode chamar de fonte cultural, derivando das características atitudes sociais dos sociólogos do início dos anos 1960, como Cohen, Young e Ditton e seus colegas na *National Deviancy Conference*. Esta era a impressão do moderno e observador participante, que gostava do desvio e que era muitas vezes mais próximo dos desviantes do que de seus controladores, e quem via a lei criminal como uma deslocada forma de repressão, ao menos como era aplicada ao desvio leve do consumo de drogas e ao estilo subcultural. Face ao que era considerado como repressões sociais mal informadas, intolerantes e desnecessárias ao desvio pelas autoridades conservadoras, estes sociólogos desenvolveram uma resposta crítica padronizada, uma crítica para confrontar a reação social opressiva.

Esta crítica possuía dois aspectos. O primeiro apontava para um erro empírico, provocado por uma ansiedade descabida: “a sociedade correta está reagindo de modo exagerado”, eles insinuavam, “o problema é muito menos sério e muito menos ameaçador do que as pessoas pensam. Relaxe, não entre em pânico, ninguém aqui vai machucá-lo”. O segundo aspecto era mais normativo em seu caráter, mais concentrado na forma da reação social e mais crítico da posição moralizante das instâncias julgadoras: “o problema real não é o comportamento desviante, é a sua necessidade compulsiva de moralizar. Seja mais tolerante, mais aberto à diferença e à diversidade. Esqueça a sua rígida e desatualizada moralidade. Relaxe, não entre em pânico, ninguém aqui está fazendo algo errado”. O termo “pânico moral” – tanto frase de efeito como conceito em seu uso

⁸ Paul Rock (2007) apontou que a concepção de Stan Cohen é similar em alguns aspectos às ideias que foram correntes na sociologia americana: ver a discussão dos “pseudodesastres” em Drabeck e Quarantelli (1967) e Gerassi (1965/2001). A discussão de Best sobre as “lendas urbanas” (Best e Horiuchi, 1985) cita alguns estudos prévios reportando vários episódios de histeria coletiva e reações guiadas por rumores.

típico – capturou estas respostas perfeitamente, claramente condensando análise e atitude.

Deve-se fazer notar, entretanto, que os teóricos do etiquetamento como Cohen e Young estavam majoritariamente falando sobre desvios, delinquências menores e ofensas sem vítimas ao invés de crimes pesados. Sua crítica da exagerada reação social era dirigida primeiramente contra fenômenos superficiais como uso de drogas, desvios sexuais e ofensas juvenis ao invés de assassinatos, estupros e roubos. Consequentemente, quando Stuart Hall e seus colegas aplicaram o termo “pânico moral” à reação social desencadeada pelos “roubos” ingleses – roubos urbanos nas ruas, contendo violência, medo e lesões corporais -, eles estavam empurrando a análise até onde antes não se tinha ido. Este movimento rapidamente atraiu críticas, notadamente do criminólogo P.J. Waddington (1986), que contestou não somente a análise da estatística dos roubos de Hall et al. mas também seus julgamentos sobre qual seria a resposta moral apropriada aos incidentes de crimes violentos e ao sofrimento das vítimas.

A despeito destas críticas, o apelo da análise dos pânicos morais era tão poderosa para vários criminólogos em 1970 que a sua desmistificadora atitude era frequentemente generalizada, tornando-se uma maneira de descartar alegações de que as reais taxas de crimes estavam aumentando ou de que os membros do público deveriam sentir-se inseguros. À medida que a década se passava as taxas de crimes registradas continuavam a aumentar, esta posição radical foi execrada pelos conservadores adeptos da “lei e ordem” como sendo fora da realidade da experiência pública e demasiada tolerante com criminosos perigosos. No final da década, um grupo de criminólogos de esquerda, liderados por ninguém menos que Jock Young (possivelmente o primeiro escritor a usar a frase “pânico moral” em seu trabalho publicado, apesar de fazê-lo sem a elaboração conceitual que receberia posteriormente nos escritos de Cohen), desenvolveu uma posição bastante diferente, a qual eles chamaram de “criminologia realista” ou “realismo de esquerda” (Kinsey et a., 1986; Matthews e Young, 1986). Young descreve esta criminologia

como sendo construída sobre a injunção “levar o crime a sério”. Como escreveu depois,

“[o realismo de esquerda] surgiu como uma crítica à tendência predominante na esquerda e nos comentários liberais que menosprezaram o problema do crime, falando sobre pânicos morais instigados pela mídia e medos irracionais do crime”. (Young, n. d.)

Como ocorre frequentemente quando um conceito parece especialmente poderoso ou esclarecedor, o cuidado e a precisão de sua aplicação original foram esquecidos à medida que o seu uso se tornou mais geral e indiscriminado. Análises foram subordinadas a posicionamentos, e, por um breve período no final dos anos 1970 e nos anos 1980, o termo foi arrebatado por batalhas ideológicas nas quais os significados sociais de desvio e reação, crime e controle, tornaram-se cartas importantes não somente no debate criminológico mas também na política nacional (Garland, 2001) (para uma excelente discussão da análise dos pânicos morais e seus contextos culturais, ver Young, 2007).

9. ATORES, OBSERVADORES E CÉTICOS

Apesar de comentários reflexivos da mídia e de conhecidos aproveitamentos por políticos, o termo “pânico moral” é quase sempre uma categoria de observação externa, não uma autodescrição dos participantes, ao menos não enquanto estão participando. É uma imputação, uma atribuição, um rótulo aplicado por *outsiders*. O rótulo insiste que o comportamento reativo que ele descreve é inapropriado, mal julgado e desproporcional. Supõe que as pessoas cujas condutas estão sendo descritas dessa forma não acreditam que estão incorrendo em um pânico moral e tipicamente contestariam esta descrição. Ela é, neste sentido, um rótulo negativo aplicado por aqueles que se engajam em

rotulações negativas, a vingança do analista contra as forças de reação social.

Designar este rótulo à conduta de outros e descrever a reação social como um pânico moral implica mais do que um julgamento empírico da conduta: também implica uma posição definitiva por parte do analista, uma orientação específica. A atitude primária do sociólogo do pânico moral não é o realismo destacado, ou o racionalismo, ou mesmo um empirismo que leve em conta somente os fatos. É uma atitude de ceticismo – uma atitude de conhecida descrença, uma recusa urbana a ser apanhado ou manipulado. Se os pânicos morais por vezes possuem um zelo religioso, mesmo em um antiquado fundamentalismo, a tarefa de expô-los como pânicos morais recai sobre incrédulos, agnósticos e descrentes.

Em várias instâncias o ceticismo amoral é tudo o que há e o exercício é de exposição e desmistificação. A maioria dos escritos jornalísticos sobre o pânico moral adota esta maneira. Mas no trabalho de sociólogos como Cohen ou Hall, o ceticismo que permite a observação inicial dá espaço a uma atitude diferente – uma mais analítica, mais explanatória ou talvez mais diagnóstica. Lembre-se que a atribuição é de um “pânico” e não meramente um erro ou um mau julgamento. Assim sendo, o analista está apontando não somente para uma reação exagerada, mas uma forma de comportamento neurótico, uma histeria, uma psicopatologia e, por implicação, um conflito subjacente que está produzindo o pânico moral como expressão à sua reação. Quando esta pista analítica é seguida sistematicamente, pode produzir uma análise em profundidade sobre os processos estruturais que convergem para sobredeterminar o surto do pânico. Tipicamente, uma explicação diagnóstica completamente desenvolvida irá operar nos níveis de *significado simbólico* (por que este demonizado, concebido como um tipo de monstro, com estas conotações específicas e associações?), *relações sociais* (por que este grupo, com estes interesses, neste local?) e *temporalidades históricas* (por que neste momento, após estes eventos, neste período?). *Policing the Crisis*,

com seus quadros explanatórios em camadas e sua investigação empírica multidimensional, ainda se mantém como algo exemplar, a este respeito – não menos em seu alcance e ambição, mas nos seus *insights* preditivos sobre a mudança de direção da Inglaterra rumo a uma sociedade de lei e ordem.

10. PROBLEMAS CONCEITUAIS E LIMITAÇÕES

Os pânicos morais atraem um número de críticas recorrentes (para uma discussão, ver Thompson (1998) e Goode e Ben Yehuda (1994)). Nenhuma delas prejudica o valor do conceito, mas, como o próprio Cohen (2002) reconhece, elas identificam problemas e limitações que devem ser considerados por pesquisadores que usam o conceito em seu trabalho. Ao invés de repetir a atenciosa análise de Cohen, devo sublinhar as principais preocupações.

10.1 Proporção

O ponto de partida para qualquer análise de pânico moral é a premissa de que uma reação particular é de alguma forma desproporcional ao desvio que condena⁹. Essa assunção da desproporcionalidade imediatamente convida a disputas empíricas sobre a real natureza e a extensão do problema subjacente – “é a reação realmente desproporcional ou o problema é maior do que você pensa?”. Mas, disputas sobre este ponto tendem a ser de alguma maneira intratáveis, pois a coisa sendo medida não é a conduta em si (Quantos roubos? Quantos desordeiros?

⁹ Como Jock Young (2007, comunicação pessoal) apontou a mim, para o intérprete do pânico moral, a reação é vista como “proporcional” não ao desvio sendo condenado, mas às angústias subjacentes sendo expressadas.

Quanto dano?) mas o tamanho de uma potencial ameaça e a percepção de uma moral em risco.

10.2 Proporcional em Relação a Quê?

As dificuldades de mensuração e avaliação são práticas e podem frequentemente ser controladas pelo uso cuidadoso de informação apropriada e métodos de investigação. Mas, para alguns críticos, a ideia de uma resposta proporcionalmente mensurável não é uma daquelas que fazem sentido. Relativistas céticos como Simon Watney (1987) observaram que quando o sociólogo alega ter encontrado uma reação social desproporcional, ele ou ela não está medindo a reação contra uma realidade dura, mas meramente a sua representação do modo como as coisas são. Neste quadro de entendimento, não existe recurso aos fatos empíricos disponíveis ao analista, nem qualquer apelo à razão – só uma competição de representações que é em última instância determinada por poder e interesses. Como mencionei anteriormente, a questão epistemológica aqui é a seguinte: Pode o objeto em questão (o problema, o desvio, o comportamento) alguma vez se tornar conhecido com alguma objetividade, ou existem somente várias interpretações subjetivas e representações? Na medida em que a questão é empírica, adoto a primeira posição. Caso seja normativa, o pluralismo de julgamentos é largamente inevitável¹⁰.

10.3 Julgamentos Morais

¹⁰ Como Paul Rock (2007) nota, os mesmos problemas de evidência e avaliação se aplicam às “ansiedades subjacentes” que os analistas dos pânico moral alegam ser a causa real da reação social.

Isto nos leva diretamente aos aspectos normativos do pânico moral, seus elementos de condenação moral. Enquanto o sociólogo pode encontrar terra firme – ou alguma coisa próxima disto – quando mensura ocorrências de uma conduta, a extensão do dano material, ou mesmo o tamanho do risco, é mais difícil aferir a validade dos julgamentos morais proferidos por outros. Quando alguém descreve um episódio como um pânico moral, é sempre possível supor que ele ou ela simplesmente recusa-se a levar a sério o ponto de vista moral dos alarmados. O que o analista vê como uma reação histericamente exagerada pode ser vista pelos participantes como uma resposta apropriada a uma problemática moral profundamente maléfica. Medos populares podem ser bem estabelecidos, preocupações morais apropriadamente expressas. Como podemos escolher algum dentre estes pontos de vista, ao invés de escolhermos tomar partido em questões morais e assim pisando fora de nosso papel como sociólogos?

Talvez por isto se veem poucas análises de “pânico moral” sendo aplicadas a episódios onde a preocupação com a moral subjacente parece ser compartilhada pelos sociólogos que invocaram o termo. Considere-se o caso Philip Jenkins e seu livro, *Beyond Tolerance: Child Pornography on the Internet* (2001), que mostra claramente como o julgamento moral do pesquisador pode afetar a análise. Jenkins, autor de vários livros sobre pânicos morais, nos diz que se empenhou em escrever um livro sobre pânicos morais relacionados à internet que iria desbancar a alegação de que a pornografia infantil na web é um grande problema. Sua investigação o levou à visão oposta:

“Inicialmente acreditei que [a pornografia infantil] era rara na internet. Eu estava errado. Sua presença é substancial e muito do material lá encontrado é pior do que a maioria de nós pode imaginar... tendo gasto uma década alegando que várias ameaças eram vastamente exageradas... eu agora me encontro na desconcertante posição de aumentar a

preocupação pública sobre um problema bastante autêntico e que foi negligenciado”. (pp. 8-9)

Jenkins descreve a si mesmo como um libertário que acredita que a lei criminal não deve invadir questões de moralidade pessoal; mas isto foi demais, além mesmo de sua tolerância.

10.4 A Reação Desvairada

O avanço conceitual que deu início ao estudo do fenômeno da reação social – dos quais os pânicos morais são uma categoria, juntamente com ondas de controle, campanhas de lei e ordem, tolerância zero, de reação contra a aceitação de certos níveis de criminalidade¹¹ e assim por diante – foi o insight de que a reação social não é completamente determinada pelo desvio ao qual supostamente responde, de que dada reação tem suas dinâmicas próprias e que a reação social pode ser estudada nos seus próprios termos. Como Paul Rock (2007: 1) observa,

““Pânico moral”, em particular, capturou a capacidade das ondas de controle alcançarem uma autonomia social e fenomenológica, adquirindo sua própria vida e desenvolvendo fenômenos aparentemente independentes

¹¹ NT o autor utiliza a expressão “*defining deviancy down*”, uma expressão utilizada pelo Senador Daniel Patrick Moynihan e que basicamente sustenta que os níveis de criminalidade crescem mais do que a sociedade pode suportar. Assim, condutas anteriormente consideradas como desviantes passam a ser aceitas, elevando a noção de “normalidade do comportamento”. Assim, condutas hoje consideradas normais seriam vistas como desviantes pelos antigos standards comportamentais. Trata-se de uma campanha conservadora, que visa reduzir o nível de aceitação de comportamentos desviantes tornados normais.

dos quais se alimentam, ainda moldando estes fenômenos à medida em que evoluem”.

Mas, se a ideia da autonomia da reação social foi libertadora e instrutiva, ela também pode ser uma armadilha na medida em que a maioria das reações sociais é realmente relacionada (ou ao menos desencadeada por) a algum fenômeno desviante subjacente, por mais contestado e construído que o desvio possa ser e por mais sutilmente que a reação se relacione com ele.

Nos seus usos mais brutos, a análise do pânico moral tende a perder de vista esta relação, fazendo o problema relacionado desaparecer, negligenciando as preocupações daqueles adversamente afetados por ele.

O truque é pensar não em termos de uma absoluta distinção (estudar a reação mas não o desvio, punição e não o crime), mas em termos de relativa autonomia – estudando as dinâmicas múltiplas da reação, em que apenas algumas se relacionam com o desvio referenciado . Os elos entre desvio e reação, crime e punição, podem ser tênues e sobredeterminados, mas eles geralmente existem.

10.5 Antropomorfização

A alegação de que a sociedade (como oposta a um indivíduo ou indivíduos) pode engrenar em comportamentos histéricos e cheios de pânico parece, para alguns críticos, envolver uma ilegítima taxação dos processos sociais coletivos como sendo individualisticamente psicológicos. E, em algumas das prévias análises de pânico moral havia uma tendência a falar da “sociedade” e da “reação social” como se elas fossem indiferenciadas, unificadas e personificadas, quando de fato as atividades dos atores contidos na mídia, na polícia, no governo e no público estavam sujeitos a envolver interesses e motivações muito diversos (McRobbie e Thornton, 1995). Uma crescente conscientização da fragmentação política

e proliferação midiática fazem tais considerações antropomorfizadas menos críveis e menos comuns na literatura contemporânea.

Policing the Crisis (Hall et al., 1978) representa uma tentativa interessante de reivindicação tanto de que há diversidade e conflitos de interesses dentro do Estado, da mídia e do bloco governante e também da população, quanto de que um pânico moral sobre roubos poderia ajudar a moldar uma opinião pública mais ou menos unificada sobre a lei e ordem. Os processos que produzem esta representação unificada dentro do complexo e contraditório campo de relações de poder são o maior foco do livro, concebido por meio de um quadro teórico gramsciano concentrado no trabalho ideológico e institucional que deu origem a esta resposta pública “espontânea”. Como coloca o autor,

“A opinião pública sobre o crime se forma simplesmente de modo aleatório... é o despertar de atitudes públicas leigas e a sua cristalização em formas que fixam e sustentam os pontos de vista já em circulação, os quais ajudam a fechar o ciclo consensual, fornecendo a estrutura de legitimação”. (Hall et al., 1978:136-7)

11. A ÉTICA DA ATRIBUIÇÃO

Fiz notar previamente que o “pânico moral” é sempre um termo designado, atribuído de fora, geralmente de uma maneira crítica. Embora o problema não tenha sido previamente reconhecido, me parece que esta designação crítica traz consigo o que se poderia chamar de uma *ética de atribuição*, que molda o uso do termo e ocasionalmente restringe os pesquisadores de o aplicarem. Em outras palavras, podem existir situações nas quais as condições empíricas parecem convidativas para análises de “pânico moral”, mas, ao mesmo tempo, onde considerações éticas fazem a atribuição parecer indelicada, moralmente insensível ou, de outro modo, inapropriada. O que são estas considerações éticas e como elas moldam a

pesquisa? Talvez o mais importante sejam as questões de escala e de intensidade, e as considerações daqueles atingidos pelo desvio em questão.

Pense na mídia massiva e por vezes hiperbólica e na resposta governamental aos ataques de setembro de 2001. Este foi um episódio de reação social que parece claramente atender ao critério de uma atribuição de pânico moral – exibindo preocupação, hostilidade, consenso, desproporcionalidade e volatilidade, bem como uma dimensão moral definitiva e o sentido de que um modo de vida está sendo ameaçado – e ainda há uma definitiva relutância em descrever este episódio como envolvendo um pânico moral.

Na sequência do 11 de setembro era notável que os comentaristas cuidadosamente evitavam descrever a reação com um pânico moral – mesmo quando a conduta da imprensa, o aparato de controle e o público pareciam convidar precisamente este tipo de análise. De fato, houve um artigo publicado seis meses após os eventos (Walker, 2002) entrevistando um certo número de sociólogos do “pânico moral” – Joel Best, Philip Jenkins, Eric Goode – todos os quais tomaram grande cuidado em recusar a atribuição do termo à reação, mesmo quando, como notaram, ela parecia se encaixar no modelo em vários aspectos.

Por que isto ocorreu? Em parte, sem dúvida, foi devido a uma incerteza sobre a natureza da ameaça envolvida. No início de 2002, na sequência dos ataques com os aviões e um surto de envenenamentos com antraz, ninguém possuía certeza sobre a escala do perigo ou a probabilidade de ataques subsequentes. Mas, a razão primária para esta relutância em invocar a ideia do “pânico moral” foi, eu acho, uma razão ética. Estes sociólogos estavam relutantes em desafiar os sentimentos morais que dirigiram a reação social. Estavam relutantes em fazer o papel de denunciadores céticos em face de tão intenso pesar, medo e tantas vítimas assassinadas. Parece provável, ao menos para mim, que eles viram a atribuição de “pânico moral” como analiticamente apropriada, mas, ao mesmo tempo, um tabu ético.

Curiosamente, seis anos depois, artigos e livros que fazem esta atribuição começaram a aparecer, descrevendo a resposta ao 11 de setembro como um gigantesco pânico moral, com consequências massivas para aqueles tomados em sua repressão histórica (Rothe e Muzzatti, 2004; Mueller, 2006; por um enfoque mais sutil, ver Welch, 2006). Agora que as emoções esfriaram e os medos retrocederam, o ceticismo analítico parece mais palatável, embora muitos ainda irão taxá-lo de escandaloso e irresponsável.

As inibições éticas que descrevi podem não parecer muito importantes na prática – embora tendam a prevenir que reações sociais a eventos importantes e desastres de larga escala sejam estudados do ponto de vista do pânico moral, ao menos por um tempo. Mais importante é o que este ponto revela sobre o relacionamento crítico que a análise do pânico moral desperta entre os pesquisadores e os atores sociais analisados. Se intencionalmente ou não, a análise sobre o pânico moral carrega consigo certa agressividade e menosprezo crítico que não podem ser inteiramente concebidos sob a égide da objetividade acadêmica.

12. EM CONCLUSÃO: CONCEITOS CONTRASTANTES E COMPLEMENTÁRIOS

Para que um conceito seja ao mesmo tempo significativo e capaz de uma aplicação precisa ele necessita operar dentro de uma rede de outros conceitos, em relação aos quais pode ser distinto ou oposto. O amplo contexto analítico dentro do qual o conceito de pânico moral opera é o estudo da reação social e a análise da “reação social” – um nome genérico para um fenômeno variável e complexo – que claramente empresta a si mesma mais de um conceito. Concluo está nota identificando alguns conceitos contrastantes e complementários que podem ser usados para alinhar o foco e a extensão do alcance das análises do pânico moral.

12.1 Negação

Um importante conceito contrastante e que opera no mesmo enquadramento do pânico moral é a ideia de “negação” – um tópico sobre o qual Stanley Cohen também escreveu extensivamente (Cohen, 2000). Como um conceito psicológico, negação é a recusa em permitir a conscientização sobre um evento perturbador, mas como Cohen demonstrou, negação também possui dimensões sociológicas e pode ser analisado como um conjunto de práticas sociais. Discutindo a conduta de agências estatais e outras autoridades, ele diferencia “negação literal (nada aconteceu); negação interpretativa (alguma coisa aconteceu, mas não é o que você pensa) e negação implicatória (o que aconteceu não é verdadeiramente ruim e pode ser justificado)” (Cohen, 2004: xxxiii). Se o pânico moral é uma reação moral excessiva ou desproporcional, a negação é a inapropriada ausência de tal reação. Não é um surto histérico, mas um histérico (ou deliberado) silêncio, uma determinação (consciente ou inconsciente) de não falar sobre os episódios ou eventos perturbadores.

Se tomarmos conjuntamente estes dois aspectos do trabalho de Cohen, torna-se aparente que o estudo do pânico moral não deve ser levado a cabo de modo isolado, mas, ao contrário, como o momento de uma questão mais abrangente, que se pode chamar de sociologia da reação social. Tomado como um todo, o trabalho de Cohen analisa uma variedade de tipos de reação social, traçando um contínuo de respostas coletivas para desvios morais e sociais. Pânicos morais, sua primeira incursão naquele território, veio para representar um polo daquele contínuo. É, como mostrei, um polo cético, enfatizando a reação exagerada, o clamor barulhento e a moralização desnecessária. No outro polo está o fenômeno da “negação”, onde o problema é o oposto – uma

tendência ao silêncio, um padrão de reação demasiadamente fraco, uma falha da imaginação moral¹².

Curiosamente, a sociologia rudimentar da reação moral ainda não desenvolveu nenhuma categoria designada para identificar ou descrever o que se poderia entender por reação moralmente apropriada – embora tal categoria pareça logicamente integrativa do projeto (Cohen (2000) identifica “reconhecimento” como o oposto de “negação”, mas ele está se referindo ao reconhecimento das atrocidades dos atores estatais, motivo pelo qual a categoria é tão carente de afeto e teor moral). De fato, como críticos da análise do pânico moral apontaram, um senso de guia sobre o que seria uma reação social moralmente apropriada poderia parecer implícito em qualquer julgamento de que uma específica reação foi excessiva, desproporcional ou aterrorizada. Em outras palavras, um implícito e inarticulado conceito de resposta moralmente adequada sempre se apresenta em tal trabalho, ainda que raramente articulada ou defendida.

Parece-me que a necessidade de uma conceituação explícita desta estirpe é para o que Cohen está apontando nas últimas páginas da sua introdução à terceira edição (2004: xxxiii), na qual trata dos pânicos culturais que envolvem a “mistura de ‘bons’ pânicos morais”, embora aqui a palavra “pânico” esteja obstruindo o caminho, na medida em que implica em uma reação exagerada e em uma resposta contendo um julgamento inadequado. Talvez a noção de Durkheim de um “surto passional” justo e moral (Durkheim, 1997) esteja mais próxima do alvo. Consideradas as preexistentes divisões sociais, disputas sobre a interpretação dos eventos, a atribuição de responsabilidade e também a preferência ocupacional pela crítica ao invés do endosso moral, é

¹² Em algum lugar entre os extremos da reação exagerada e da reação demasiadamente fraca jaz o foco do trabalho de Cohen em *Visions of Social Control* (1985), quem examina o problema da equivocada classificação e da auto-ilusória amoralidade do debate sobre o controle. Para uma discussão dos dois polos do trabalho de Cohen, ver Welch (2007).

improvável que sociólogos encontrem muitas instâncias empíricas de “reações sociais moralmente apropriadas”. Sociólogos – e mesmo os expoentes da “sociologia da moral” como Durkheim e Cohen – se sentem mais confortáveis tratando de casos desviantes Mas a existência de uma categoria como tal precisa logicamente ser aceita, pelo menos como um mecanismo heurístico na análise dos casos desviantes.

12.2. Trauma Cultural

Se o conceito de “pânico moral” foi desenvolvido para defletir a reação social ao apontar para uma neurótica e exagerada reação ou uma histeria sintomática, então talvez a sua antítese seja o conceito de “trauma cultural”, com o qual se pretende designar um profundo evento moral e suas conseqüências culturais duradouras. Jeffrey Alexander et. al. (2004) recentemente desenvolveu este conceito de “trauma cultural” para identificar eventos que provocam preocupação moral profunda e resposta social para rastrear as feridas que estes traumas deixam em uma cultura. O holocausto nazista e a experiência americana de escravidão são eventos deste tipo. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e o escândalo político de Watergate também podem se encaixar na categoria. Mas o uso deste termo não carrega consigo nenhuma contestação à integridade ou à proporcionalidade da reação social. Ao contrário, inquestionavelmente aceita que alguns eventos são tão profundamente perturbadores à ordem moral que traumatizam a cultura e a vida coletiva de seus membros. Alexander et al. (2004: 1), coloca desta forma,

“O trauma cultural ocorre quando membros de uma coletividade sentem que estão sendo submetidos a um horrendo evento que deixa marcas indeléveis sobre a consciência do grupo, marcando suas memórias para sempre e mudando sua identidade futura de maneira irrevogável e fundamental”.

Assim sendo, quando criminólogos discutem a reação social que se seguiu ao assassinato de Theo Van Gogh na Holanda e tratam de sua classificação como pânico moral (ver Downes e Van Swaaningen, 2007) ou como trauma cultural (ver De Haan, 2007), eles estão, em parte, avaliando a escala e a gravidade do evento, bem como a integridade moral das respostas a ele.

12.3 Reações da Sociedade de Risco

A volumosa literatura que recentemente se acumulou sobre a questão do “risco” e da “sociedade de risco” (Beck, 1992) possui muitas dimensões (Garland, 2003) e nem todas estas questões são diretamente relevantes para nossa presente discussão. Mas, na medida em que esta literatura discute a percepção do risco, a comunicação do risco, o gerenciamento do risco, a política no geral e a sociologia do risco, existem paralelos importantes com a literatura do pânico moral (e, é claro, com a literatura da pesquisa sobre desastres, tendo sido uma importante fonte para o primeiro livro de Cohen). Pode-se distinguir o pânico moral dos tipos de reações sociais produzidos pela ameaça do aquecimento global, desastres nucleares, ou ameaças biológicas apontando para as questões de escala e integridade que abordei previamente, e também ao observar que a última tende a envolver riscos à saúde e ao bem-estar de uma população, ao invés de ameaças ao código moral de um grupo em particular. Os pânicos morais envolvem ansiosas desaprovações a ameaças morais, enquanto o risco societário envolve uma incerteza temível sobre perigos materiais.

Com isto em mente, escritores como Ungar (2001) se propuseram a desenhar uma precisa distinção entre o fenômeno (e a teoria associada) do pânico moral e o fenômeno examinado pela literatura da sociedade de risco:

“Os pânicos morais geralmente se concentram em um processo de controle social dirigido às falhas morais de grupos marginais. As questões atinentes à sociedade de risco tendem a envolver diversos grupos de interesse lutando sobre alegações científicas relativamente difíceis”.

Mas, esta distinção pode ser insuficiente (Welch, 2006) e seria uma pena se as novas pesquisas sobre o risco e a percepção do risco não fossem usadas para aprofundar nosso entendimento sobre o pânico moral, por exemplo, sobre a questão do relacionamento entre “risco subjetivo” e “risco objetivo” – um tópico que tem sido submetido à pesquisa e a teorias sofisticadas dentro da literatura sobre o risco (ver Garland, 2003 para uma discussão e citações), mas tem sido frequentemente negligenciado nos estudos sobre o pânico moral. Poder-se-ia também notar que enquanto as reações da sociedade de risco tipicamente começam com perigos à saúde e ameaças à vida, elas frequentemente terminam questionando a moralidade de específicos modos de vida. Quando este é o caso, parece existir pouco para distinguir o pânico moral das reações da sociedade de risco, exceto a escala da percepção do problema e a atitude moral que se traz para suportá-la.

REFERÊNCIAS

- ADLER, J. S. *The Making of a Moral Panic in 19th-Century America: The Boston Garrotting Hysteria of 1865* (1996). *Deviant Behavior* 17: 259–78.
- ALEXANDER, J., R. Eyerman, B. Giesen, N. Smelser and P. Sztompka. *Cultural Trauma and Collective Identity*. Berkeley, CA: University of California Press, 2004.
- BECK, U. *Risk Society: Toward a New Modernity*. London: SAGE, 1992.

BEST, Joel. *Random Violence*. Berkeley, CA: University of California Press, 1999.

BEST, J. and G. Horiuchi. 'The Razor Blade in the Apple: The Social Construction of Urban Legends' (1985), *Social Problems* 32(5): 488–99.

COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Oxford: Martin Robertson, 1972.

COHEN, S. *Visions of Social Control*. Cambridge: Polity, 1985.

COHEN, S. *States of Denial: Knowing About Atrocities and Suffering*. Cambridge: Polity, 2000.

COHEN, S. *Folk Devils and Moral Panics* (3rd edn). London: Routledge, 2004.

COWELL, Alan. 'Latest Death of Teenager in South London Unsettles Britain' (2007). *The New York Times*, 17 February.

DAVIS, J. 'The London Garrotting Panic of 1861: A Moral Panic and the Creation of a Criminal Class in Mid-Victorian England' (1980), in V. A. C. Gatrell, B. Lenman and G. Parker (eds) *Crime and the Law: The Social History of Crime in Western Europe since 1500*, pp. 190–213. London: Europa.

DE HAAN, W. (forthcoming) 'The Multicultural Drama in the Netherlands', *Kriminologisches Journal*.

DITTON, J. *Contrology: Beyond the New Criminology*. London: Macmillan, 1979.

DORLING, D. *'Prime Suspect: Murder in Britain'* (2005), in P. Hillyard, C. Pantazis, S. Tombs, D. Gordon and D. Dorling (eds) *Criminal Obsessions: Why Harm Matters More than Crime*, pp. 23–38. London: Crime and Society Foundation.

DOWNES, D. and R. van Swaaningen. *'The Road to Dystopia: Changes in the Penal Climate in the Netherlands'* (2007), in M. Tonry and C. Bijleveld (eds) *Crime and Justice in the Netherlands*. Chicago: Chicago University Press.

DRABEK, T. and E. Quarantelli. *'Scapegoats, Villains and Disasters'* (1967), *Transaction* 4: 12–17.

DURKHEIM, E. *The Rules of Sociological Method*. New York: Free Press, 1982.

DURKHEIM, E. *The Division of Labor in Society*. New York: Free Press, 1997.

ERIKSON, K. *Wayward Puritans*. New York: John Wiley, 1966.

GARLAND, D. *Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences*. London: SAGE, 2000.

GARLAND, D. *The Culture of Control*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GARLAND, D. *'The Rise of Risk'*, (2003), in R. Ericson (ed.) *Risk and Morality*, pp. 48–86. Toronto: University of Toronto Press.

GARLAND, D. *'Rethinking the Symbolic-instrumental Distinction: Meanings and Motives in American Capital Punishment'* (2007), in A. Brannigan and G.

Pavlich (eds) *Governance and Regulation in Social Life: Essays in Honour of W. G. Carson*. London: Routledge-Cavendish.

GERASSI, J. *The Boys of Boise: Furor, Vice and Folly in an American City*. Seattle, WA: University of Washington Press, 1965/2001.

GLOVER, Julian and Alan Travis. 'Teenage Gang Shootings Blamed on Family Breakdown' (2007), Poll Reveals, Guardian, 23 February.

GOODE, E. and N. Ben Yehuda. *Moral Panics: The Social Construction of Deviance*. Oxford: Blackwell, 1994.

GUSFIELD, J. *Symbolic Crusade: Status Politics and the American Temperance Movement* (2nd edn). Urbana, IL: University of Illinois Press, 1986.

HACKING, I. *The Social Construction of What?* Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.

HALL, S. *Drifting into a Law and Order Society: The 1980 Cobden Trust Lecture*. London: Cobden Trust, 1980.

HALL, S., C. Critcher, T. Jefferson, J. Clarke and B. Robert. *Policing the Crisis*. London: Macmillan, 1978.

JENKINS, P. *Beyond Tolerance: Child Pornography on the Internet*. New York: New York University Press, 2001.

JENKINS, S. 'Forget Bird Flu: Mad Publicity Disease is Much More Scary' (2007), Guardian Unlimited 14 February. Available at: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/story/0,,2012646,00.html>.

JONES, George. 'Our Country Needs "Re-civilizing"' (2007), Daily Telegraph, 17 February.

LEMERT, E. *Human Deviance, Social Problems and Social Control*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1967.

KINSEY, R., J. Lea and J. Young. *Losing the Fight Against Crime*. Oxford: Blackwell, 1986.

MCROBBIE, A. and S. Thornton. 'Re-thinking Moral Panics for Multi-mediated Social Worlds' (1995), British Journal of Sociology 46(4): pp. 559–74.

MARONE, J. *Hellfire Nation*. Yale, CT: Yale University Press, 2003.

MATTHEWS, R. and J. Young. *Confronting Crime*. London: SAGE, 1986.

MUELLER, J. *Overblown: How Politicians and the Terror Industry Inflate National Security Threats and Why We Believe Them*. New York: Free Press, 2006.

PEARSON, G. *Hooligan: A History of Respectable Fears*. London: Macmillan, 1983.

PHILLIPS, M. 'A Criminal Absence of Will' (2007), Daily Mail, 19 February.

REINARMAN, C; H. Levine. *Crack in America*. Berkeley, CA: University of California Press, 1997.

ROCK, P. Untitled paper presented at a symposium to mark the retirement of Professor Stanley Cohen, LSE, London, 2007.

ROTHER, D. and S. L. Muzzatti. *'Enemies from Everywhere: Terrorism, Moral Panic, and US Civil Society'* (2004), *Critical Criminology* 12: 327–50.

SHOWALTER, E. *Hystories*. New York: Columbia University Press, 1998.

STEDMAN-JONES, G. *Outcast London: A Study in the Relationship Between Classes in Victorian Society*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

THOMPSON, K. *Moral Panics*. London: Routledge, 1998.

TREVOR-ROPER, H. (1967) *The European Witch Craze of the 16th and 17th Centuries*.

Harmondsworth: Penguin.

UNGAR, S. *'Moral Panic versus the Risk Society: The Implications of Changing Sites of Social Anxiety'* (2001), *British Journal of Sociology* 52(2): 271–91.

WADDINGTON, P. J. *'Mugging as a Moral Panic: A Question of Proportion'* (1986), *British Journal of Sociology* 37(2): 245–59.

WALKER, J. *'Panic Attacks: Drawing the Thin Line Between Caution and Hysteria after September 11th'* (2002), *Reason Magazine* (March). Available at <http://www.reason.com/news/show/28345.html>.

WATNEY, S. *Policing Desire: Pornography, Aids, and the Media*. London: Methuen, 1987.

WELCH, M. *Scapegoats of September 11th*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2006.

WELCH, M. *'Moral Panic, Denial, and Human Rights: Scanning the Spectrum from*

Overreaction to Underreaction' (2007), in D. Downes, P. Rock, C. Chinkin and C. Gearty (eds) *Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial. Essays in Honour of Stanley Cohen*, pp. 92–105. Cullompton: Willan.

WILKINS, L. *Social Deviance, Social Policy, Action and Research*. London: Tavistock, 1964.

WILLIAMSON, J. *Crucible of Race*. New York: Oxford University Press, 1985.

YOUNG, J. '*The Role of the Police as Amplifiers of Deviancy*' (1971), in S. Cohen (ed.) *Images of Deviance*, pp. 27–61. Harmondsworth: Penguin.

YOUNG, J. '*Slipping Away: Moral Panics Each Side of "The Golden Age"*' (2007), in D. Downes, P. Rock, C. Chinkin and C. Gearty (eds) *Crime, Social Control and Human Rights: From Moral Panics to States of Denial. Essays in Honour of Stanley Cohen*, pp. 53–65. Cullompton: Willan.

YOUNG, J. '*Left Realist Criminology*' (1987). Available at: <http://www.malcolmread.co.uk/JockYoung/leftreal.htm>.